

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

A verdadeira mudança que não interessa ao PMDB

É "ditadura de direita", é "democracia social"; é "o interesse da classe dominante", é a "opção pelos pobres"; é ministro "ortodoxo", é ministro "heterodoxo"; é "trabalhar para o mercado externo", é "trabalhar para o mercado interno"; é "empurrar com a barriga", é "mora-tória", "congela, descongela, e o resultado é sempre o mesmo neste Brasil dos últimos 23 anos: o Estado e os seus "donos" comem cada vez mais e a Nação e o povo têm de "se lixar" com cada vez menos.

Agora — ilusões desfeitas, aprendido o verdadeiro significado das palavras fáceis, desvendadas as máscaras, dos que se identificam na ambição pelo poder — tudo mostra que chegamos ao limite deste processo que avança, imutável, há 23 anos: ou enfrentamos o único problema verdadeiro, que é o do tamanho e o dos gastos excessivos do Estado; ou fazemos o monstro parar de tomar e começar a devolver o que nos tomou, ou nos conformamos em nunca ser aquilo que ainda podemos vir a ser como nação.

O bem-intencionado ministro Bresser Pereira, que aprendeu muito rapidamente com quem está lidando, fala cada vez mais em "aumentar a capacidade de poupança do Estado" porque já desistiu de conseguir fazer diminuir a capacidade de gastança do Estado. Mas o bem-intencionado Bresser Pereira está iludido (ou desesperado): na sua desmedida voracidade, o Estado já ultrapassou há muito tempo aquele ponto limite, na cobrança de impostos, a partir do qual — como demonstrou, em célebre tese, o economista Arthur Laffer — o próprio excesso de taxaço passa a diminuir — e não a aumentar — a arrecadação final, porque a atividade econômica começa a parar. Nunca o Estado brasileiro taxou tanto quanto sob a "Nova" República do PMDB "social", e nunca a sua arrecadação baixou tão violentamente, quanto está baixando agora. O contribuinte físico, pé-de-pó, trabalhador assalariado, já disse "não ao Leão"; as empresas privadas estão dizendo não ao Leão e começam a pagar com desemprego em massa aquilo que o PMDB "dos pobres" ainda quer espremer delas; as próprias estatais já não agüentam o arroxo e estão pedindo água. Então, aumentar esta tal "capacidade de poupança" donde? E ainda mais com o congelamento fechando a saída dos fundos?

Mas a melhor pergunta é: aumentar essa tal "capacidade de poupança" para quê? O Estado brasileiro nunca arrecadou tanto, em termos brutos, quanto arrecadou nos dias delirantes do Cruzado. E qual foi o resultado? Os últimos Estados da União que ainda gastavam menos do que arrecadavam para pagar os seus funcionários, sobrando alguma coisa para a prestação de serviços públicos e para os investimentos "sociais", agora, quando arrecadam como nunca arrecadaram antes, "proporcionalmente ao universo sobre o qual arrecadam, já não arrecadam o suficiente nem para isso. A gastança, como sempre, correu na frente.

Todo santo mês, o Tesouro Nacional que, supostamente, deveria guardar todo o excesso de arrecadação para "investi-lo "socialmente", tem de "socorrer", com aquilo de que também não dispõe, os tesouros vazios dos governos estaduais, apenas para que eles consigam pagar os seus funcionários. E como também o Tesouro Nacional não tem com que dar esta assistência aos Estados da União, fabrica moeda sem lastro e repassa a conta para a sociedade, na forma de mais inflação. Por isso não há congelamento — senão o dos gastos públicos — que segure esta inflação que nos inferniza.

Até o governo "democrático" e "aberto ao participacionismo" do sr. Franco Montoro do PMDB, o Estado de São Paulo, o mais rico da Nação, conseguia guardar 20% do que arrecadava com o Imposto de Circulação de Mercadorias para a prestação de serviços públicos e para os investimentos sociais, depois de pagar os seus funcionários. Não é que se tratasse de uma performance (como gosta de dizer o presidente Sarney) brilhante. Mas, pelo menos sobrava alguma coisa. Agora, conforme denuncia o secretário especial de coordenação de programas do governo Quérzia, Alberto Goldman, insuspeito de alimentar qualquer parti-pris contra o processo de estatização que está na raiz deste fenômeno, já que é um comunista militante, o Estado mais rico da Nação, depois de cobrar taxas sobre todas as mercadorias que circulam neste Estado e que são quase a metade de todas as mercadorias que circulam no Brasil, ou mais, não consegue o suficiente para pagar os salários do seu quase meio milhão de funcionários (497 mil). Nos primeiros seis meses do ano ficou faltando, em média, mais 15% por mês do total arrecadado só para pagar estes funcionários e não fazer mais nada: nem um metro de estrada, nem um vidro de remédio para os hospitais, nem um menor carente abrigado, nem mais um banco escolar, nem mais um guarda nas ruas. E o pior é que o sr. Goldman vê perspectivas ainda mais negras para o futuro: "O Executivo paulista não dispõe mais de pleno controle sobre os gastos com pessoal, uma vez que o emaranhado de leis, decretos e regulamentos, somado às suas próprias imperfeições, permite ganhos salariais por meio de ações judiciais... E o fenômeno que o povo batizou de marajás", informa ele. A coisa já virou uma indústria: só no espaço de nove meses no ano passado São Paulo ganhou, com a ajuda dessa "justiça do trabalho", conquistada pelos nossos conscienciosos políticos profissionais, mais 53 mil marajás e calcula-se em 100 mil o número total de funcionários estaduais recebendo salários aumentados por atos judiciais. Há alguns que ganham salários de até Cz\$ 1,5 milhão por mês! Entre estes estão tanto os que supostamente trabalham quanto os que certamente não trabalham: dos 497 mil funcionários registrados, quase 84 mil são aposentados e quase 63 mil são pensionistas ou descendentes de aposentados mortos (147 mil ou perto de 30% do total) e consomem 33% da folha de pagamento do Estado, ou seja, bem mais de um terço de toda a sua arrecadação de ICM! No ritmo em que vai a coisa, afirma Goldman, "chegaremos ao ano 2000 com um funcionário ativo para cada aposentado ou pensionista"...

Não há dinheiro para pôr mais policiais nas ruas? O deputado Waldir Trigo, que comandou uma CPI sobre os marajás da PM de São Paulo, constatou que só com a soma do que era pago em excesso a 20 deles, se poderia pagar os salários (de fome) de 800 soldados! "Justiça social?" "Opção pelos pobres"...

Há centenas, há milhares de exemplos, em todo o Brasil, onde a situação de cada estado é ainda muito pior que a de São Paulo. Para não irmos muito longe, basta citar este, que, certamente, é um recorde: um certo senhor Acácio Ferreira Castanho, 65 anos, 2º ano primário completo, ex-funcionário das Centrais Elétricas do Rio de Janeiro onde cobrava contas de luz atrasadas dos próprios órgãos do governo do estado ao qual servia ganhando comissões entre 5 e 10% sobre o que conseguia cobrar (!), perdeu esta "teta" quando da passagem pela diretoria do órgão de um diretor mais honesto, nos idos de 1975. A partir de 1979 entrou com seis processos na "justiça do trabalho" contra a estatal — certamente por "lucros cessantes" — e, até hoje, já recebeu "indenizações" no valor de Cz\$ 130 milhões e 454 mil, ou seja, 2 milhões e 823 mil dólares americanos! Conquistou até o "direito" de receber uma participação no dinheiro arrecadado pela Cerj como taxa de iluminação pública!

E em coisas como estas que some toda a "poupança adicional do Estado" que o governo fala, agora, em "aumentar" de novo, com mais impostos. E esta é apenas uma das faces do mesmo problema da enormidade, do excessivo poder e da impunidade estatal que explica mais que suficientemente "a fome dos brasileiros".

Houve outras "conquistas" do PMDB nestes três anos de "mudanças": eles levaram uma inflação estabi-

lizada em 200% ao ano para algo próximo dos 1.000% ao ano; detonaram completamente as nossas reservas cambiais, acumuladas a duras penas; acabaram de vez com os investimentos estrangeiros no Brasil; transformaram numa vertigem o nomeacionismo (onde começam os "marajás") e numa piada as leis, com os resultados que verificamos acima, etc.

E diante desse quadro revoltante e dos resultados que tudo isso está dando, os nossos políticos todos continuam, olímpicamente, discutindo quem vai ser o próximo dono da bola (se ainda houver bola) e quando; ou se devemos tornar constitucionalmente irreversíveis todas essas "conquistas". No meio tempo, atacam classe contra classe, enquanto, por baixo do pano, estudam os meios e modos de arrancar de todas elas aquilo de que eles ainda precisam para não terem de devolver nada do que já nos arrancaram antes.

Tudo isso comprova uma coisa. Que, na verdade, só existem duas "classes" no Brasil de hoje: a dos que vivem do Estado, e a da massa dos que os sustentam. É só isso que precisa mudar para que o resto mude. Tudo mais é pura mentira.